

A crise internacional e os “modelos”. Ou, sobre as dificuldades em escrever sobre a história do tempo presente

João Fábio Bertonha

No decorrer dos últimos dois anos, dediquei um bocado de tempo e estudo para examinar como vários países do mundo estavam conseguindo atingir taxas razoáveis de crescimento econômico, procurando identificar se haveria algo a apreender destas experiências para aplicar na nossa realidade nacional. Um esforço, apresentado aqui aos leitores da EA, do qual não me arrependo, pois me deu a oportunidade de estudar as mais diferentes realidades sociais e econômicas e aprender e refletir muito mais sobre o cenário mundial.

Não obstante, não foi este um mero exercício didático meu. Havia também a pretensão de que aquela série de artigos pudesse ser de alguma ajuda para repensar o próprio Brasil e a realidade internacional. Não imaginava, claro, que o Estado brasileiro ou algum partido ou ONG iriam pegar aquelas reflexões e utilizá-las para a criação de novas políticas públicas ou como programa de ação. Mas, como todo intelectual, eu gostava de acreditar que fosse de alguma utilidade maior para o debate nacional e não um mero exercício intelectual meu. O número de e-mails que recebi no período, elogiando ou criticando o que escrevi, parecia indicar que ao menos este objetivo tinha sido atingido.

De repente, como uma tempestade no céu azul, chega a tão falada crise mundial. De um momento para outro, aparentemente, tudo se modifica e quase tudo o que foi apresentado parece sem sentido e/ou fora de foco. É como se todos aqueles textos, de um momento para outro, se tornassem obsoletos e pudessem ser jogados no lixo.

E realmente, até certo ponto, é isso que deverá ser feito com eles. Vejamos. Dos nove casos de crescimento econômico intenso que analisei, praticamente nenhum deixará de ser, em maior ou menor escala, afetado pela crise mundial. Assim, Espanha e Irlanda já estão em contração econômica, com diminuição prevista do PIB para os dois anos a seguir. Na Espanha, inclusive, onde estive há pouco, fala-se abertamente em desemprego em massa, diminuição da imigração, etc.

Nos países que dependiam da exportação do petróleo e do alto preço deste, como Venezuela e Rússia, a perspectiva também não é das melhores, com a diminuição dos ingressos petrolíferos afetando rapidamente os indicadores econômicos nacionais. A Rússia ainda tem reservas razoáveis com as quais pode agüentar um bom tempo, mas sua bolsa de valores já entrou em quase colapso e o rublo desvalorizou. A Venezuela de Hugo Chávez, então, precisa urgentemente encontrar recursos para sustentar a ativa política externa na América Latina e o assistencialismo interno, o que é tarefa hercúlea. Em ambos os casos, crescimento diminuto da economia ou mesmo retração são os cenários mais prováveis para os tempos a seguir.

Também outros países dependentes da exportação de matérias primas ou alimentos, como a Argentina e o Chile, vão encontrar problemas e, se não entrarem em recessão, terão um crescimento bastante reduzido para os próximos anos. Os tigres asiáticos e a Índia provavelmente não terão recessão, mas seu crescimento será reduzido. Até mesmo a China, a grande estrela do crescimento mundial, deverá reduzir sua taxa de incremento do PIB para cerca de 7%, ou um pouco menos, nos dois próximos anos. Uma taxa ainda alta e que seria um sonho para o resto do mundo, mas que fica além do que a liderança chinesa considera o mínimo para manter a estabilidade nacional.

Em resumo, a conjuntura mudou completamente e as análises conjunturais apresentadas em todas aquelas páginas podem, com certeza, ser jogadas na lata do lixo. No entanto, tenho a impressão que as reflexões mais estruturais não perderam completamente sua validade.

Um dos pontos lá levantados era que ter o Estado equilibrado em termos contábeis, com equilíbrio dos gastos, taxa razoável de tributação e de dívida pública, moeda confiável, inflação controlada, etc., era uma necessidade que nem podia ser chamada de neoliberal ou coisa do gênero, mas de simples bom senso. Isso se confirma nesse momento de crise. Países que fizeram a “lição de casa”, ao menos até certo ponto, como o Chile e o próprio Brasil, estão em melhores condições para superar o auge das dificuldades, enquanto aqueles que simplesmente surfaram no bom momento da economia mundial, sem se preocupar com o gerenciamento do Estado, estão agora em situação mais complicada, como a Argentina e a Venezuela.

Por outro lado, o equilíbrio fiscal anterior também permite, nesse momento em que a demanda privada ou internacional diminui, que o Estado abra as portas da despesa pública e inunde a economia de dinheiro, numa típica receita keynesiana. Isso reforça a tese que apresentei anteriormente que a ação pública é fundamental para o crescimento e o sustento da economia, especialmente em época de dificuldades. É o que, por exemplo, vai fazer a China e suas boas condições fiscais, com baixo endividamento público e imensas reservas internacionais, só facilitam a sua tarefa.

Claro que certos países não precisam se preocupar em demasia com isto. Os Estados Unidos e a União Européia, que controlam as duas moedas de reserva internacionais, o euro e o dólar, podem muito bem imprimir montanhas de dinheiro para estimular a economia, exportando a inflação que isto poderia trazer e pouco se importando, ao menos em curto prazo, com o aumento da dívida pública. E é isso que eles farão. Agora, para os que não dispõem dessa vantagem, estar numa situação fiscal mais equilibrada permite um pouco mais de flexibilidade para atuação e é uma vantagem, pois, ter um Estado equilibrado em termos fiscais, eficiente e que tenha capacidade de ação na economia.

Neste ponto, aliás, o caso inglês é interessante. A economia inglesa, excessivamente concentrada nas finanças e serviços, está sendo das mais afetadas pela crise global. Numa superação da idéia thatcherista de que o Estado nunca deve intervir na economia, o governo inglês injetou bilhões de libras na economia, a espera de melhoras. No entanto, parece improvável que o Reino Unido, sozinho, consiga superar a situação. Assim, vozes no país sugerem que é o momento de abandonar a libra esterlina e adotar o euro, de forma a lastrear a economia nacional a uma moeda de reserva mundial, o que permitiria ainda mais gastos públicos e ajuda. Uma proposta no mínimo interessante e que representaria a integração final da Inglaterra à Europa e o enterro final das idéias de Mrs. Thatcher. Talvez haja pessoas pensando o mesmo, por exemplo, na Islândia, também fortemente abalada pela crise das instituições financeiras.

Em resumo, a crise confirma que o Estado, mas um Estado eficiente e equilibrado, ainda é fundamental no gerenciamento da economia capitalista. Isso tanto na prevenção de crises como esta (que, talvez, não pudesse ser detida pela supervisão e normatização estatal, já que crises são parte do sistema capitalista, mas que poderia ter sido detectada e desinflada antes de tomar as proporções que tomou), como na sua resolução. Num momento em que bancos e grandes multinacionais estão com os pires nas mãos, correndo em busca do apoio estatal, vemos com clareza como a economia totalmente estatizada é receita para fracasso

(como indicam os exemplos de Cuba, Coréia do Norte e outros), mas que uma economia excessivamente liberalizada também o é.

Outra lição que aprendi com a análise dos “modelos” é a de que uma economia totalmente fechada ao comércio e à concorrência internacional é receita para incompetência e fracasso. Mas, por outro lado, defendia a idéia de que uma dependência total do mercado de capitais e bens internacional poderia trazer dificuldades em certos momentos. Isso me parecia especialmente verdade quando um país se especializava em excesso em apenas uma atividade e ficava excessivamente dependente dos humores do sistema internacional.

Isso se tornou mais do que claro neste momento. Irlanda e Espanha jogaram as suas fichas no mercado de software e turismo/construção, enquanto, como já mencionado, a Inglaterra e a Islândia optaram por serem grandes centros financeiros. Agora, essas opções se revelam complicadas e países com mais diversificação econômica, como a Alemanha, os Estados Unidos ou mesmo o Brasil, podem ter melhores chances de sobreviver. Dispor de grandes mercados internos desenvolvidos ou a desenvolver, como a Índia, a China e alguns dos tigres asiáticos, também se revela fundamental.

Outro ponto que ressaltai a exaustão era minha convicção de que era perigosa a integração no mercado internacional via recursos naturais, seja de produtos agrícolas ou minerais. No início do ano passado, Caracas, Moscou e Buenos Aires não tinham muito com o que se preocupar, já que os preços de alimentos e petróleo estavam nas alturas e eu mesmo não acreditava que eles deveriam cair muito em curto prazo. Erro meu e deles, pois uma economia baseada unicamente na exportação de produtos primários fica ainda mais na dependência dos humores dos mercados mundiais e, quando estes reagem mal, o golpe na economia é imenso. Estes países e também outros, como os árabes ou o Irã, terão agora que se ajustar a esta realidade, que pode durar um, dois ou mais anos.

Neste ponto, a conclusão a que cheguei, de que o melhor caminho para o Brasil seria tentar se tornar o celeiro do mundo, um gigante industrial e comercial e, ao mesmo tempo, uma sociedade pós-industrial, era a correta. Não chegamos lá, mas o simples fato de nossa indústria ter sobrevivido aos que queriam um futuro unicamente agrícola e mineral para o Brasil nos permitirá agüentar um pouco melhor os efeitos desta crise mundial.

Também a questão da educação, que tanto defendi em todos os textos, não parece necessitar de nenhum grande reparo. Uma população educada e um amplo sistema tecnológico não imunizam ninguém de uma crise das proporções da atual, como demonstram os casos da Irlanda, dos tigres asiáticos e outros. Mas ela continua fundamental para a diversificação econômica, aumento da produtividade e entrada na sociedade pós-industrial, como mencionado acima. E, mais que isso, continua a ser instrumento para a mudança da nação, de qualquer nação, a longo prazo.

Portanto, as conclusões que tive nos dois últimos anos parecem se manter. A receita que via para crescimento econômico acelerado era composta de políticas macroeconômicas responsáveis e que procuravam criar um ambiente adequado ao crescimento, um Estado minimamente eficiente e ativo na promoção do mesmo, um setor empresarial forte e competitivo e uma inserção cada vez mais intensa no mercado internacional, mas sem ignorar o mercado interno. Mais do que isso, a receita incluía uma visão de longo prazo de crescimento e uma percepção de que exportar minérios, produtos agrícolas ou mesmo produtos industriais baratos poderia ser uma solução de curto prazo, mas que o futuro estava no mundo pós-industrial, o que implicava em investimentos maciços em ciência, tecnologia e educação.

Nenhum dos países que analisei então se encaixa perfeitamente nesta receita, o que é óbvio. Mas espanta como os que mais se aproximaram dela, ou seja, China, Índia e tigres asiáticos, serão dos menos afetados, provavelmente, pela crise mundial. Já os que dela mais se afastavam, como Venezuela, Argentina e Rússia, sofrerão mais. Portanto, talvez não estivesse tão errado nas minhas conclusões. Em termos conjunturais, minhas previsões caíram no vazio. Mas, em termos de análise de longo prazo ou estruturais, talvez haja ainda algo a aprender.

Como todo historiador e, especialmente, como todo historiador que resolve escrever sobre a história em pleno desenvolvimento, a história do tempo presente, os riscos de erro quando da análise da conjuntura são imensos. Erros, aliás, que também os economistas e outros analistas cometem. Mas, às vezes, a própria experiência do erro conjuntural ajuda a deixar mais claros os problemas estruturais, o que pode ser significativo.